

ACESSIBILIDADE NO MEIO URBANO: UM ESTUDO DE CASO NO JARDIM UNIVERSITÁRIO EM MARINGÁ-PR

Tatiana Queiroz Bardi Augusto ¹

Daniel das Neves Martins ²

RESUMO

O preconceito ainda é visível em relação aos deficientes, porém isto vem mudando devido a institutos e entidades que reabilitam pessoas com deficiência para ser o mais independente possível. Isto gera respeito e cria condições para a inclusão, tanto como participantes ativos no meio social como o direito de ir e vir no espaço edificado ou meio urbano. Esta inclusão faz com que se perceba a cidade com outros olhos, uma cidade acessível a todos, sem distinção, sem barreiras nem obstáculos, baseada nos conceitos do Desenho Universal. O objetivo deste artigo está em identificar obstáculos e barreiras para propor adequações e soluções para questões de acessibilidade e inclusão. A região de estudo é o loteamento Jardim Universitário localizado na Zona Sete, na cidade de Maringá. A forma com que os indivíduos, tanto deficientes ou não, visualizam o espaço, sua percepção espacial, questões como barreiras arquitetônicas, facilidade de acesso a edifícios e em se deslocar no meio urbano são os pontos principais deste trabalho. Após a realização do levantamento juntamente com a aplicação dos questionários aplicados a moradores e transeuntes constatou que a região é desprovida de acessibilidade. As poucas rampas existentes estão fora das condições mínimas contidas na Normativa que trata de acessibilidade no espaço urbano. A maioria das calçadas são estreitas e possuem obstáculos como árvores com raiz exposta dificultando o trânsito de pedestre. Os edifícios comerciais, em sua maioria, não possuem rampas de acesso. O estudo propõe o alargamento ao menos de um lado da calçada, retirada e replantio de árvores que possuem raízes menores, estipular sentido único para todas as Ruas da região, manutenção periódicas das calçadas e principalmente fiscalização dos órgãos competentes juntamente com campanha de conscientização da sociedade a respeito da inclusão e acessibilidade no espaço urbano.

Palavras-chave: Acessibilidade. Barreiras arquitetônicas. Deficientes. Inclusão.

¹ Mestre, Universidade Estadual de Maringá-UEM, Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana-PEU, tatianabardi@hotmail.com

² Prof. Dr., Universidade Estadual de Maringá-UEM, Departamento de Engenharia Civil-DEC, martinsddn@uem.br

1. INTRODUÇÃO

As pessoas com necessidades especiais estão em desvantagem em se tratando de acessibilidade tanto em edificações como no espaço público ou urbano. São pessoas que por alguma razão têm seus aspectos sensoriais ou motores comprometidos, como idosos, deficientes, algumas gestantes, entre outros. É observada, ainda nos dias atuais, que os deficientes sofrem preconceito sendo considerados incapazes ou inúteis. (ASSIS, PUSSOLI, LACERDA, 1995). Conforme o Centro de Vida Independente (CVI), deficiência é todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e que prejudica a sua coordenação de movimentos, a fala, locomoção, compreensão de informações, orientação espacial ou percepção. Neste artigo o foco está em indivíduos com deficiência física ou motora. Em 2010, foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o mais recente Censo populacional que destacou a presença de 45 milhões de deficientes no Brasil, porém outros dados ainda estão sendo organizados para posterior publicação, neste caso, se utilizou dados do Censo realizado no ano de 2000 o qual revela que das 24,5 milhões de pessoas consideradas deficiências: 4,1% deficiência física e; 22,9% deficiência motora. Ou seja, de acordo com estes dados, conclui-se que das 24,5 milhões de pessoas deficientes, 27% são consideradas com deficiência física ou motoras. Estes resultados são fundamentais para que os estados e municípios se adequem a realidade da inclusão. Construir edificações e o espaço urbano pensando em todos, sem distinção, utilizando o conceito do desenho universal, além disto, nenhum indivíduo está livre da possibilidade de, por algum motivo, torna-se deficiente, temporário ou definitivo. De acordo com Mercado (2008), a maior limitação das pessoas não está em sua deficiência física ou motora e sim na inadequação do espaço construído. Esta inclusão se baseia na acessibilidade do espaço, edificado ou não, se o indivíduo consegue utilizar com autonomia os mobiliários e equipamentos urbanos, os transportes, os sistemas e meios de comunicação (CVI, 2011). O objetivo foi identificar obstáculos e barreiras arquitetônicas propondo adequações e soluções para questões de acessibilidade e inclusão de deficientes físicos e motores no espaço urbano, bem como a aplicação das Normas técnicas em específico a Norma Brasileira 9050 de 2004 a qual trata de acessibilidade em edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, estipulando diretrizes para que não haja impedimento, em qualquer espécie, de deficientes circularem por áreas Urbanas. Foram analisadas as dificuldades encontradas por indivíduos sem deficiência e pessoas com deficiência física ou motora no bairro Jardim Universitário localizado na cidade de Maringá, Paraná (Figura 1). A necessidade de se eliminar barreiras arquitetônicas proporcionando, tanto a um grupo de pessoas com limitações físicas e motoras como a qualquer outro cidadão, a garantia do direito de ir e vir no meio urbano, igualmente, sem obstáculos.



Figura 1 – Localização do Jardim Universitário com relação ao seu entorno

Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2012.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Será apresentada neste capítulo a conceituação teórica que serviu como base para a realização das pesquisas e da conclusão deste estudo.

2.1. Deficiência e Barreiras Arquitetônicas

Em definição, Costa e Corrêa (2009), definem deficiência como qualquer comprometimento que afeta o indivíduo, limitando e o prejudicando em sua locomoção, coordenação de movimentos, a fala, compreensão de informações, orientação espacial, percepção e relacionamento com outras pessoas. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em sua Norma Brasileira (NBR) 9050 publicada em 2004 define que indivíduos que tem deficiência são aqueles que possuem redução, limitação ou inexistência das condições de percepção do ambiente ou de mobilidade e que possuem condições reduzidas ou sem condições para a utilização de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos, tanto temporário como permanente. Todavia, o estudo abordará especificamente indivíduos que possuem deficiência física ou motora. Na conceituação, segundo conceituação definida pelo IBGE (2011), Deficiente Físico é todo aquele que possui tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente como também falta de membro ou parte dele. Geralmente estes indivíduos necessitam de algum meio de locomoção auxiliar como cadeiras de rodas. Deficientes Motores, também de acordo com o IBGE (2011), são indivíduos incapazes, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir obstáculos. São pessoas que possuem certa independência, às vezes caminha com auxílio de apoios como bengalas ou muletas porem possuem dificuldades em subir degraus, vencer desníveis, situações que necessitariam de ajuda ou de outra pessoa ou de corrimãos e barras de apoio.

A maior dificuldade que o deficiente encontra em se deslocar pelo espaço urbano está na presença de barreiras arquitetônicas. Em definição, barreiras arquitetônicas são obstáculos construídos em edifícios ou no espaço urbano que possam dificultar ou impedir o livre acesso ou a livre circulação de pessoas que possuem algum tipo de incapacidade transitória ou permanente (EMMEL; CASTRO, 2003). São considerados obstáculos que impedem ou dificultam o acesso a edifícios públicos ou privados, como também o acesso ou circulação do espaço urbano. Podem ser involuntárias ou não. De acordo com a NBR 9050:2004, as barreiras arquitetônicas ou obstáculos também podem ser exemplificados como: escadas sem corrimão ou guarda-corpo; ausência de rampas de acesso para cadeirante; ausência de orelhão, caixa de correio ou extintores de incêndio adaptados; falta de manutenção de ruas e calçadas, bueiros sem tampa ou grades de proteção; desníveis em portas que ultrapassem cinco centímetros e; falta de abrigos para sol e chuva nos pontos de parada de ônibus. Um espaço bem planejado se exime de qualquer elemento que possa vir a se tornar um obstáculo futuro.

2.2. Acessibilidade e Mobilidade: A Base do Desenho Universal

A acessibilidade é uma condição fundamental para que um indivíduo tenha uma vida independente e participativa na sociedade. A NBR 9050:2004 define acessibilidade como uma “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Um local acessível representa a ausência de barreiras ao indivíduo também em relação as suas capacidades sensoriais e funcionais, procurando não restringir nenhuma participação do indivíduo a atividades do cotidiano. De acordo com a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE (2006), a acessibilidade se traduz em possibilidades que as pessoas deficientes têm em viver de forma independente participando plenamente de todos os aspectos da vida, tendo acesso a oportunidades e igualdades com relação ao transporte, ao meio físico, a

comunicação e a informação, tanto na zona urbana como na rural, identificando e eliminando obstáculos e barreiras. Segundo Melo (2005), com relação ao deslocamento realizado por pedestres, deve haver melhorias em acessibilidade e mobilidade focando sempre em instalação e conservação de calçadas como também em tratamento de interseções com o tráfego e outros modos. Ainda de acordo com Melo (2005) mobilidade associa-se à capacidade, disponibilidade e potencialidade de cada indivíduo, dentro de suas limitações físicas, econômicas e temporais, adequando-se aos modos e tecnologias oferecidas, em se deslocar ou transitar pelo espaço urbano. De acordo com Guimarães (2009), os problemas que causam falta de acessibilidade nas cidades podem ser atribuídos a ações mal planejadas, estragos recentes, falta de manutenção como também a ilegalidade e impunidade dos infratores.

Um ambiente acessível a todos faz parte do conceito de Desenho Universal, o qual consiste na produção de serviços ou ambiente projetado para toda a população em geral prevalecendo à igualdade, independência e conforto, sendo qual for suas capacidades. A NBR 9050:2004 refere ao desenho universal como um dispositivo que visa atender à maior variação possível de características antropométricas e sensoriais da população. Uma concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas de forma autônoma, segura e confortável, na sua máxima extensão possível, baseando-se em elementos que compõe a acessibilidade. De acordo com Krahenbuhl e Battistella (2008), esta expressão Desenho Universal (*Universal Design*) surgiu nos Estados Unidos da América em 1985, pelo arquiteto Ron Mace que influenciou mudanças de paradigmas tanto no desenvolvimento de projetos urbanos, arquitetônicos e de design. Ainda de acordo com Krahenbuhl e Battistella (2008), este conceito surgiu devido a reivindicações de pessoas com deficiência os quais desejavam maior democratização no uso dos espaços já que suas necessidades não eram contempladas nos espaços projetados e construídos por profissionais como Arquitetos, Engenheiros e Designers. No Brasil, o conceito de Desenho Universal surgiu em 1980, de forma tímida, mas com a vinda do ano de 1981, o qual foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, com isso este tema ganhou repercussão no País e se fortaleceu favorecendo a criação de novas legislações e melhorias em leis já existentes. Sempre se deve projetar o espaço para todos sem qualquer distinção ou grau de limitação pensando e prevendo possibilidades que agregam a qualquer indivíduo.

2.4. Os direitos de Inclusão dos Deficientes no Espaço Urbano

Retrocedendo a décadas anteriores, de acordo com Assis, Pussoli e Lacerda (1995) a primeira ementa Constitucional a mencionar os direitos dos Deficientes no Brasil foi à de 1969. Em seu conteúdo enfatizava Barreiras Arquitetônicas, acesso a edifícios Públicos, entre outros. A Emenda Constitucional nº 12 publicada em 10 de outubro de 1978 em seu Artigo Único determina que: “É assegurado aos deficientes à melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: II – Assistência, Reabilitação e Reinserção na vida econômica e social do país; IV – Possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos”. O ano de 1981 foi considerado o mais importante no que diz respeito à busca dos direitos dos deficientes. Proclamado pelas Nações Unidas como o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” que se objetivou em chamar atenção para criação de planos de ação na tentativa de enfatizar a igualdade de oportunidades e reabilitação dos deficientes. O CONADE, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, em seu decreto de lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989, art. 2º, V, a, determina que, na área das edificações, tem que haver “a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas aos edifícios, a logradouros e aos meios de transportes”. Em 02 de dezembro de 1999 o Ministério da Educação divulga a Portaria número 1679 que dispõe a obrigatoriedade em condicionar o acesso básico à mobilidade e a utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino superior determinando a eliminação de barreiras

arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores facilitando a circulação de cadeira de rodas, entre outros. Pode ser observado no Decreto de Lei Federal nº 5296 de 2004, em seu Artigo 10º que “a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência básica as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto”. Já, segundo a NBR 9050:2004, que teve sua primeira versão criada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas em 1985, diz que todos os espaços sendo eles edificações, mobiliários ou equipamentos urbanos que forem projetados, construídos ou implantados, bem como também as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto desta norma para que sejam considerados acessíveis. Portanto, Normas e Leis existem, só bastam serem respeitadas e cumpridas. Os Municípios tem sua parcela de responsabilidade em tornar o espaço acessível a todos, sem distinção e segundo Guimarães (2009) devem conter alguns critérios básicos no plano de gerenciamento. Algumas diretrizes devem ser seguidas para que haja o mínimo de acessibilidade nas cidades como: respeito à mobilidade nos espaços dos pedestres; reformas e adaptação de bairros existentes; vínculos entre os meios de transporte; programa de controle de estacionamento; acessibilidade em pontos turísticos e edifícios públicos; crescimento da área urbana acessível; escolas e instituições inclusivas e; estratégias, grupos e programas de ação para a conscientização da sociedade. Cabe à prefeitura, seus órgãos de serviço e parceiros, multarem ou punir com todo o rigor perante a lei, aqueles que construam calçadas com degraus desnecessários, obstruções, desníveis, declividade irregulares e pisos escorregadios, que impeçam o transito de pedestres.

3. METODOLOGIA

Como metodologia primeiramente foi realizado entrevistas com representantes do Município para conhecer ações e projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento para melhorar a acessibilidade no Bairro e também entrevista com o representante do Centro de Vida Independente de Maringá que auxiliam o deficiente a ter uma vida considerada normal, tendo com o objetivo de conhecer o posicionamento da entidade com relação à acessibilidade do Jardim Universitário. Após foram realizados levantamentos no local constituído através de mapeamentos e fotografias resgatando assim a situação real de acessibilidade no bairro o qual pode ser observado na figura 2 a.

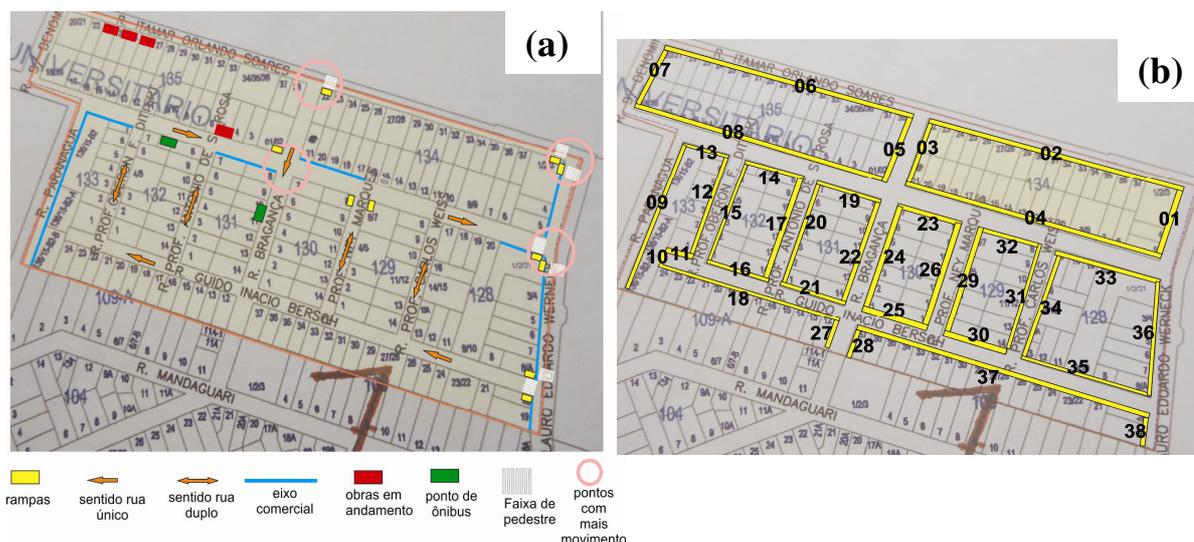
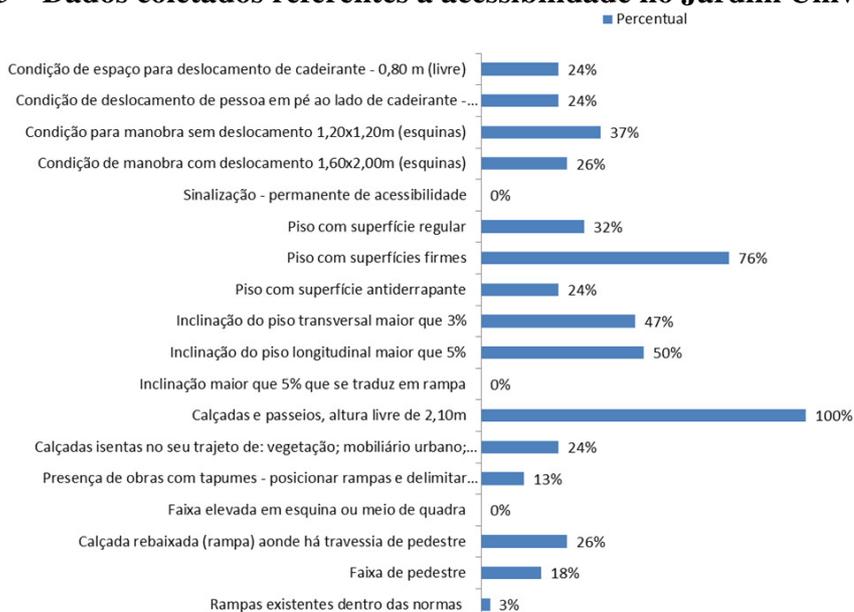


Figura 2 – Mapa (a) gerado através de dados levantados no Jardim Universitário e mapa (b) segmentação das quadras em 38 trechos para facilitar a leitura da área

Fonte: Arquivo gerado pela autora, 2012

Considerando as recomendações descritas na NBR 9050:2004 que trata de acessibilidade de deficientes a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, configurou-se uma tabela com as principais características necessárias para gerar acessibilidade no espaço urbano. Foram verificadas questões quantitativas a respeito de rampas para deficientes nas esquinas ou meio de quadras, quantidade de obstáculos nas calçadas e se estas possuem superfície regulares e firmes, quantos edifícios comerciais com acessibilidade, entre outros. Assim conseguiu-se obter valores em percentuais com relação à quantidade de elementos que não estão de acordo com a Normativa. Estes dados quantitativos podem ser observados na figura 3.

Figura 3 – Dados coletados referentes à acessibilidade no Jardim Universitário



Fonte: Autora (2012)

Nota: Números comprovam a falta de acessibilidade no espaço urbano

Após realizou-se a aplicação de questionários direcionados tanto ao público alvo. Deficientes físicos e motores como também pessoas sem deficiências que residem ou utilizam o espaço urbano do Jardim Universitário. A definição em questionar tanto deficientes como pessoas sem deficiências se deve a obtenção de resultados mais abrangentes em se tratando da percepção do espaço como também das condições de acessibilidade vistas por pessoas com necessidades diferentes. Com as respostas obtidas foi possível avaliar e obter indicativos como a frequência de utilização do espaço pelos entrevistados, os motivos de utilização, a facilidade ou não em transitar pela região e a situação de manutenção e acessibilidade em que se encontram passeios, mobiliários equipamentos e vias do Bairro. Foram questionadas 40 (quarenta) pessoas, algumas indicadas pelo Centro de Vida Independente e outras foram definidas em pontos estratégicos do Bairro visando obter respostas de pessoas locadas em diferentes pontos da Região. Destas 40 pessoas 09 (nove) foram deficientes que residem ou transitam pelo local, 16 (dezesseis) foram pessoas que utilizam o espaço urbano, uns a trabalho outros apenas como transito e 15 (quinze) pessoas que residem no local de estudo. Os questionários foram entregues e aplicados a cada indivíduo e este com suas próprias palavras descreveram e responderam o que estava sendo solicitado mediante, caso necessário, receber assessoria da Autora. Para melhor compreensão e captação das informações deste trabalho, a região do Jardim Universitário foi dividida em segmentos de quadras, ou seja, cada trecho de quadra recebeu uma numeração para facilitar o levantamento e tornar mais compreensão do entrevistado (Figura 2-b). Aos entrevistados foi apresentado este mapa com a fragmentação e numeração das quadras para que auxiliassem nas respostas dos questionários. No total, a região foi dividida em 38 segmentos de quadras. Junto com o questionário foi aplicado aos entrevistados um

formulário que tem como ponto principal avaliar mais especificamente itens presentes no espaço urbano no que diz respeito à acessibilidade, através de notas que vão de zero a dez, onde a nota zero consiste que o item não existe e a nota dez condiz que o item está em perfeitas condições. O formulário foi separado por ruas da região, portanto cada Rua do bairro recebeu notas a respeito da qualidade da acessibilidade. Estas notas geraram uma média que possibilitou um percentual geral da qualidade de acessibilidade do Jardim Universitário de acordo com os entrevistados. Após a obtenção dos dados estes foram compilados e analisados para a conclusão deste estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Bairro possui uma densa população, tanto famílias fixas no local como estudantes que residem periodicamente. A proximidade com a Universidade Estadual de Maringá torna o loteamento importante para a cidade, tanto no âmbito educacional como no fator econômico. O Bairro é compreendido entre as Ruas: Professor Lauro Eduardo Werneck; Rua Itamar Orlando Soares; Rua Paranaguá e; Guido Inácio Bersch. Pode ser observado que as ruas do Bairro são estreitas e só as vias principais possuem sentido único. As calçadas em sua maioria são estreitas possuindo obstruções como árvores, degraus e rampas de veículos de residências para fora do limite do lote o que impossibilita totalmente o deficiente físico ou motor em circular pelas calçadas do Bairro. O que pode ser constatado é que a região encontra-se sem condições de acessibilidade em quase todas as suas calçadas (Figura 04). Os mesmos obstáculos e barreiras arquitetônicas podem ser encontrados em todos os segmentos de calçada, definidas neste estudo, ocasionando repetições nos resultados e diagnósticos, porém são fatores importantes que sempre deverão ser lembrados.

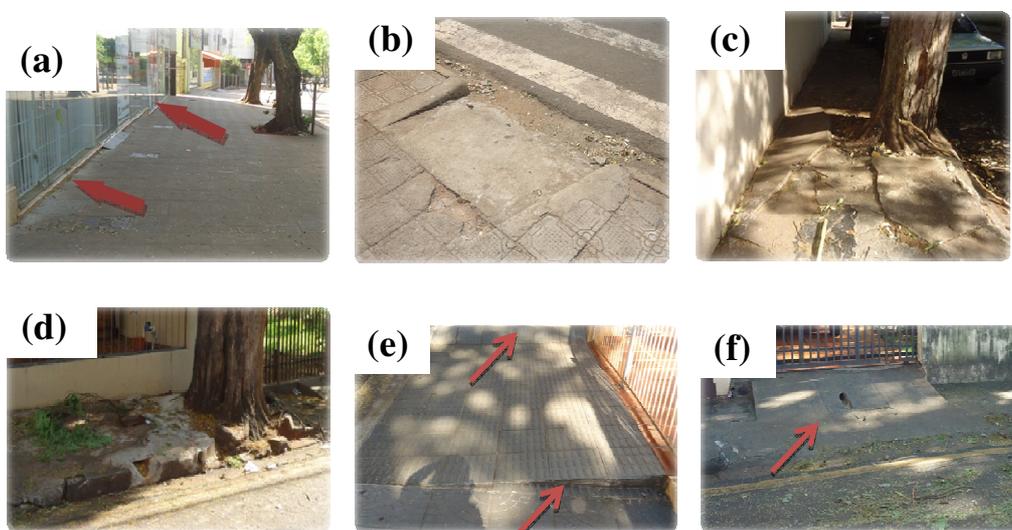


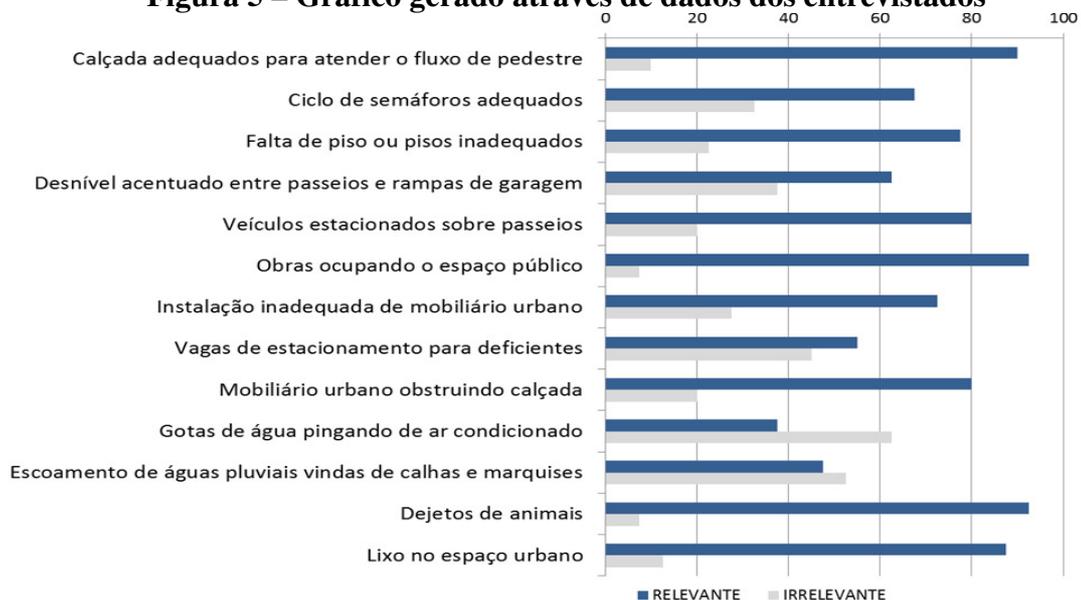
Figura 4 – Imagem (a) entrada com degrau em edifício comercial Rua Lauro E. Werneck. Imagem (b) estrangulamento no calçamento da Rua Bragança. Imagem (c) modelo de rampa encontrada no Bairro. Imagem (d) calçamento da Rua Prof. Antônio De S. Rosa. Imagem (e) calçamento Rua Ney Marques. Imagem (f) calçada com obstáculos Rua Professor Oberon D. Imagem (g) obstáculos com rampa de veículos na calçada

Fonte: Arquivo autora, 2012

Foi verificado através da entrevista que os deficientes não conseguem utilizar plenamente o Bairro por haver dificuldades em se utilizar as calçadas, limitando apenas em utilizar determinados lugares, restringindo a utilização necessária. Foi questionado a respeito da frequência que os entrevistados utilizam as calçadas do Jardim Universitário, observou-se que a maioria, 35%,

necessita utiliza-las todos os dias mostrando o quão importante está em realizar manutenções periódicas das calçadas. No espaço urbano, as calçadas são para o transito de pedestre, quando não há a condição de deslocamento, acabam utilizando as ruas para seguirem o percurso, isto gera um fator de risco ao pedestre o condicionando a estar competido o espaço da rua com veículos. Para os entrevistados, a maioria, utiliza o Bairro para estudo já para o trabalho ficou em segundo lugar, porém questões como lazer e saúde não tiveram nenhuma votação, pois o local é desprovido de áreas de lazer e saúde. No que se refere à utilização dos edifícios comerciais constatou-se que os entrevistados encontram na região um apoio comercial básico. Portanto, constata-se a maioria dos entrevistados utilizam o comércio local de 3 a 5 vezes por semana, aqueles que não utilizam são a minoria caracterizando a importância do comércio para a região e a necessidade de se ter acessibilidade nos edifícios comerciais. Outro questionamento, tratando de acessibilidade no espaço urbano do Jardim Universitário está em os entrevistados responderem relevantes ou irrelevantes para questões como calçadas inadequadas para atender o fluxo de pedestre, desníveis acentuados entre os passeios e as ramadas de garagem ou vagas de estacionamento para deficientes. São questões básicas que a cidade deveria implantar em toda sua extensão, mas a situação encontrada não foi à solicitada pela NBR 9050:2004. Pode ser constatado que questões como materiais utilizados em obras obstruindo a calçada, falta de circulação nos passeios públicos, lixo jogado no espaço urbano e dejetos de animais foram os mais relevantes, de acordo com os entrevistados. Já, questões como gotas de água pingando de aparelhos de ar condicionado ou bom escoamento de águas pluviais vinda de calhas e marquises são questões irrelevantes para a maioria dos entrevistados (Figura 5).

Figura 5 – Gráfico gerado através de dados dos entrevistados



Fonte: Arquivo gerado pela Autora

Foi aplicado aos entrevistados o formulário para que dessem notas para quesitos de acessibilidade e estado de conservação do espaço urbano do Jardim Universitário. Os intervalos de notas compreendiam entre zero e 10, sendo que zero caracterizava inexistente, notas 1 e 2 caracterizava em péssimo, 3 e 4 seriam ruins, notas 5 e 6, regulares, 7 e 8 significavam bom e notas 9 e 10 caracterizavam em ótima condição dos itens avaliados. Cada entrevistado pode realizar a avaliação por Ruas e as questões foram relacionadas a respeito de calçadas rebaixadas, faixas de pedestre, obstáculos nas calçadas, entre outros. A média geral de todas as Ruas e de todos os entrevistados foi de 5,14. Os dados podem ser conferidos na tabela 1. Considerada baixa em se tratando de condições de acessibilidade no espaço urbano refletindo diretamente na urgência de

adaptações para criar condições de uso por deficientes físicos e motores no Jardim Universitário. Para que um local seja considerado acessível, de acordo com o CVI (2011), a média dos itens avaliados deveria ser acima da nota oito, portanto o local está abaixo dos requisitos mínimos de acessibilidade exigidos pela ABNT NBR 9050:2004 e devendo receber o mais rápido a atenção tanto da população local como dos Órgãos Competentes a fim de melhorar o índice encontrado neste estudo.

Tabela 1 – Média das notas dadas pelos entrevistados por Ruas

RUAS	MÉDIA
Lauro E. Werneck	6,75
Guido Inácio Bersch	3,5
Mário C. Urbinati	6,42
Itamar Orlando Soares	4,67
Paranaguá	5,92
Oberon F. Ditter	4,75
Sem denominação	4,92
Professor Antônio de S. Rosa	3,92
Bragança	6,0
Professor Ney Marques	5,5
Professor Carlos Weiss	4,17
MÉDIA GERAL	5,14

Fonte: Arquivo gerado pela Autora.

Nota: Estes dados são médias geradas pelas notas dos participantes da pesquisa em que avaliaram cada Rua exclusivamente através de notas e estas foram transformadas em média.

5. CONCLUSÃO

Avaliação das necessidades que os deficientes físicos ou motores encontram no espaço urbano, enfocando seu livre acesso a circulação e deslocamento seguro pelo espaço urbano do Jardim Universitário tornou-se um dos aspectos primordiais deste estudo. O que pode ser observado na Região, no geral, é a falta de acessibilidade tanto no espaço urbano com em edificações comerciais e residenciais. De acordo com entrevista realizada com o Secretário de Planejamento Urbano de Maringá, não existe nenhum projeto previsto de acessibilidade àquela região. A região do Jardim Universitário está destoante da acessibilidade existente nos pontos turísticos, centro e dos edifícios Públicos da cidade de Maringá. Isto reflete a preocupação do Município com a região central e colocando em segundo plano os Bairros da Cidade. Sugestões são válidas, principalmente quando estão baseadas em Leis e Decretos que viabilizam a execução de espaços acessíveis, portanto este trabalho foca a conscientização da população em geral como também a execução de serviços ou adaptações criando condições de acessibilidade no Jardim Universitário. Para melhorar a acessibilidade no Bairro poderão ser previstas ampliações da largura das calçadas, pelo menos em um dos lados da via, principalmente nas ruas em que estas são estreitas facilitando assim o deslocamento do cadeirante. A retirada das árvores com raízes expostas condicionadas ao replantio de espécies adequadas no mesmo lugar que foram retiradas, evitando assim a estrangulação das calçadas e facilitando a manutenção da mesma. A alteração do fluxo de veículos tornando as vias com sentido único em toda a região facilitando o trânsito e condicionando ao aumento da largura dos passeios. A execução faixas de pedestre e rampas ou guias rebaixadas com medidas e inclinação de acordo com a NBR9050/2004 em todas as esquinas e no meio das quadras, pelo menos nas ruas

principais do Bairro. Colocação de sinalização evidenciando que o espaço ou a edificação possui acessibilidade. Inclusão de estacionamentos exclusivos para deficientes principalmente nos locais em que existe comércio, visto que a região esta provida de edifícios comerciais de apoio ao Bairro, facilitando o cotidiano do deficiente. Solicitação aos proprietários para retirar as rampas de veículo posicionadas nos passeios públicos os quais obstruem o fluxo de cadeirantes e pedestres pelo espaço urbano. Criação de um programa de conscientização a respeito de acessibilidade nas edificações, tanto comercial como residencial e a implementação do conceito do Desenho Universal, juntamente com o aumento da fiscalização dos Órgãos competentes para que as adaptações sejam realizadas e o direito de ir e vir do deficiente físico ou motor no Jardim Universitário seja respeitado.

A problemática não está apenas no Jardim Universitário, é de âmbito Nacional. Observa-se que em outros países o respeito é maior com os deficientes mesmo não tendo tantas Normativas como no Brasil, mas existe fiscalização das autoridades e respeito pela população. Aqui, com relação a Normativas, está muito bem amparado, porém o que falta é a conscientização da população em geral e dos governantes em respeitar o livre transito, a facilidade de deslocamento, a mobilidade para todos inclusive deficientes. Como exemplo de preocupação com a acessibilidade está o Governo do Estado de São Paulo que lançou em 2008 uma cartilha intitulada “Desenho Universal: Habitação de Interesse social”, nesta explica os conceitos de acessibilidade e determina que toda habitação social deve ser projetada baseadas nos conceitos do Desenho Universal. Uma intervenção simples, mas que gera um grande salto para a inclusão. O problema existe e pode ser solucionado, basta ter consciência da situação, não pensando no assunto apenas quando se tem um amigo ou familiar com deficiência. Tem que haver a conscientização independente das condições físicas das pessoas. Gerar ambientes para todos, sem barreiras, acessíveis não é uma meta impossível, muito menos difícil basta ter sensibilidade e fazer cumprir as Leis e Decretos existentes em defesa dos deficientes. Afinal, elas existem para serem cumpridas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaços, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **ABNT NBR 9283**: Mobiliário Urbano. Rio de Janeiro, 1986.

_____. **ABNT NBR 9284**: Mobiliário Urbano. Rio de Janeiro, 1986.

ARAÚJO, L. A. D. **A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência. Ministério da Justiça**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/dirhum/doutrina/id248.htm>> Acesso em: Março, 2012.

ASSIS, O. Q; PUSSOLI, L; LACERDA, V.A. **Os Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Lúmen Editora, São Paulo, 1995.

BRASIL. Decreto de Lei Federal nº 3298. **Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília, 1999. Disponível em: <<portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>> Acesso em: Dezembro de 2011.

BRASIL. Decreto de Lei Federal no. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Diário Oficial da União. Brasília, 2004.

BRASIL. **Emenda Constitucional n 12 de 1978**. Publicação original. Brasília 1978, Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/emecon/1970-1979/emendaconstitucional-12-17-outubro-1978-366956-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: dezembro 2011.

CONADE. **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/conade>> Acesso em: janeiro de 2012.

CORDE, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Direito das Pessoas à Acessibilidade**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/>> Acesso em: janeiro de 2012.

COSTA, A. C. G; CORRÊA, R.M. **Cartilha de Inclusão: Direito das Pessoas com Deficiência**. PUC Minas, Belo Horizonte, 2009.

CVI, Maringá, **Centro de Vida Independente** - Maringá. Catálogo, Maringá, 2011.

GUIMARÃES, M. P. **Municípios Construindo Acessibilidade: o que todo prefeito deve saber**. Laboratório ADAPTSE – Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.adaptse.org/>> Acesso em: dezembro, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico - 2000 -Tabulação Avançada - **Resultados Preliminares da Amostra**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulacao.shtm> Acesso em: dezembro de 2011.

KRAHENBUHL, L. BATTISTELLA, L. R. **Desenho Universal: Habitação de Interesse social**. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2008.

MEC. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16179> Acesso em: Dezembro de 2011.

MELO, F. B. **Proposição de medidas favorecedoras à acessibilidade e mobilidade de pedestres em áreas urbanas. Estudo de caso: o centro de Fortaleza**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

NERI, M. **Retrato da Deficiência no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, L. L. **Cidade: História e Desafios**. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **A história de nossa cidade, todos os acontecimentos desde seu desbravamento**. Maringá, 2007. Disponível em www.maringa.pr.gov.br. Acesso em: dezembro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Lei Complementar 910/2011**. Maringá, 2011. Disponível em www.maringa.pr.gov.br. Acesso em: janeiro de 2012.

SANTOS, J. L. de C. **A Requalificação dos Espaços Livres Públicos para uma Melhor Acessibilidade nas Áreas Urbanas Centrais**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana pela Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Lei no. 10.048 de 08 de novembro de 2000. **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras Referências**. Brasília, 2000. Disponível em http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/lei_10048.asp. Acesso em janeiro de 2012.